

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Isban Brasil S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$57,1 milhões (31/12/2015 - R\$55,9 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2016 foi de R\$5,5 milhões (31/12/2015 - R\$2,3 milhões). Em dezembro de 2016, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$1,3 milhões, pagos em fevereiro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante		9.778	30.942	Passivo Circulante		69.178	82.539
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.18.f	120	116	Contas a Pagar		5.438	9.961
Contas a Receber		724	335	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	18.f	1.107	3.129
Créditos Tributários - Correntes	9.d	7.323	28.183	Salários a Pagar		40.127	44.768
Outros Ativos Financeiros		1.905	2.308	Impostos a Pagar		12.667	12.676
Ativo não Circulante		190.243	160.323	Provisões	8.a	6.593	10.497
Aplicações Financeiras	48.18.f	22.112	43.726	Outros Passivos		3.246	1.508
Contas a Receber		4.865	3.984	Passivo não Circulante		73.662	52.817
Depósitos Judiciais		40.646	35.993	Salários a Pagar		241	231
Créditos Tributários		-	-	Provisões	8.a	73.421	52.586
Correntes	9.d	80.975	40.475	Total do Passivo		142.840	135.356
Diferidos	9.b	40.789	34.771	Patrimônio Líquido			
Outros Ativos Financeiros		69	550	Capital Social		35.879	35.879
Outros Ativos		309	498	Reservas		24.741	20.582
Ativo Tangível	5	184	281	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(3.439)	(552)
Ativo Intangível	6	-	45	Total do Patrimônio Líquido	10	57.181	55.909
Total do Ativo		200.021	191.265	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		200.021	191.265

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Reserva para Reserva para			
	35.879	4.075	21.840	(2.170)		59.624	
Saldos em 31 de Dezembro de 2014							
Plano de Benefícios a Funcionários			(3.901)	1.618	-	1.618	-
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	10.b	-	-	-	-	(3.901)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	2.250	2.250
Destinações:							
Reserva Legal	10.c	-	112	-	-	(112)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	(1.544)	-	(2.138)	(3.682)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		35.879	4.187	16.395	(552)	55.909	
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(2.887)	(2.887)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	5.454	5.454
Destinações:							
Reserva Legal	10.c	-	273	-	-	(273)	-
Dividendos	10.b	-	-	-	-	(40)	(40)
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	-	-	(1.255)	(1.255)
Reserva para Equalização de Dividendos	10.d	-	-	3.886	-	(3.886)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		35.879	4.460	20.281	(3.439)	57.181	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Isban Brasil S.A. (Isban Brasil), é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Interlagos, 3501, Bloco 10 - Térreo - Bairro Jardim Umaruama - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a prestação de serviços de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informática, software, programas e todo tipo de produtos e serviços afins e prestação de serviços de telecomunicações, serviços de hospedagem gerenciada e armazenamento eletrônico de dados, prestação de serviços de processamento de dados, serviços conexos de exploração de conteúdos para acesso on-line, internet entre outros, serviços relacionados às atividades de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação utilizados pelas sociedades parte do Conglomerado Financeiro do Santander Brasil e também pelas empresas do Santander na América Latina, bem como a participação no capital de outras sociedades no Brasil e no exterior.

As receitas da Isban Brasil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão representadas por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, bem como parcela das despesas administrativas, conforme apresentado na nota explicativa 18.f.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Isban Brasil foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

O resultado e a posição financeira da Isban Brasil estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

O conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na reunião realizada em 30 de março de 2017.

A Administração da Isban Brasil não estima impactos relevantes na aplicação das diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que serão aplicadas nos próximos exercícios.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2016

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2016 e ainda não foram adotadas pela Isban Brasil:

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e está submetida a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Os possíveis impactos decorrentes das alterações vigentes a partir de 2017 estão sob a análise da Isban Brasil, que deverá ser concluída até a data de entrada em vigor da norma.

c) Estimativas utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais;
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos; e
- Provisão para benefícios a empregados.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Auração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outro ativo financeiro.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para os funcionários.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado; e

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Contas a receber";
- "Depósitos judiciais"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar"; e
- "Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar"

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Subsequentemente, são mensurados ao valor justo ou custo amortizado dependendo da categoria. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos, despesas antecipadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Isban Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

e) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilidade da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.

A Isban Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

f) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

g) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços

- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo do prazo dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Isban Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 8.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Isban Brasil, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

i) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Isban Brasil, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Isban Brasil como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas de pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial (Nota 8.a).

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 8. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

j) Remuneração Baseada em Ações

A Isban Brasil, participa dos planos de compensação a longo prazo do Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha). Esses planos têm determinadas condições para a aquisição. As principais condições são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco Santander Espanha: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$200,0 milhões (31/12/2015 - R\$191,3 milhões). Desse montante, destacamos, R\$40,6 milhões (31/12/2015 - R\$36,0 milhões) são representados por depósitos judiciais, R\$81,0 milhões (31/12/2015 - R\$40,5 milhões) por ativos fiscais correntes e R\$40,8 milhões (31/12/2015 - R\$34,8 milhões) por ativos fiscais diferidos.

Em 31 de dezembro de 2016, o total de provisões fiscais, trabalhistas e fundo de pensões totalizaram de R\$80,0 milhões (31/12/2015 - R\$63,1 milhões). São Paulo, 30 de março de 2017

A Diretoria Executiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2016		
	Banesprev	Sanprev	Cabesp
Experiência do Plano	(9.042)	(293)	(1.634)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(9.125)	(130)	(577)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(207)	578	-
Ganho (Perda) Atuarial e Diferença	(18.374)	155	(2.211)

Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno

	31/12/2016		
	Banesprev	Sanprev	Cabesp
Implicito na Taxa de Desconto	11.911	7	1.595
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	11.911	7	1.595
Mudanças no Superávit Irrecuperável	1.412	667	91
Efeito do Risk Sharing	-	-	316

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade
(+) 1.0%	(-) 1.0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	635 (501)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais:

	Duração (em Anos)	
	11,88	10,27
Banesprev I	11,88	10,27
Banesprev II	13,17	13,17
Banesprev III	10,27	10,27
Banesprev IV	14,39	14,39
Sanprev II	13,98	13,98
Cabesp	20,27	20,27

e.3) Remuneração com Base em Ações

A Isban Brasil possuía um programa de remuneração de longo prazo vinculado ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global. Eram elegíveis a este plano os membros da Diretoria Executiva da Isban Brasil, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam do referido plano se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

e.3.1) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos da Isban Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 /PI13 e PI14).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão a Isban Brasil durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander Espanha foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por consequente, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das ações outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$34 (2015 - R\$54), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil, como segue:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação	6.356	633
Juros sobre o Capital Próprio	(1.255)	(2.138)
Resultado antes da Tributação Ajustado	5.099	(1.505)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.734)	512
Despesas Indeclináveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	591	287
Outros Ajustes	243	293
Imposto de Renda e Contribuição Social	(900)	1.092
Impostos Corrente	(5.374)	(3.676)
Impostos Diferidos	4.474	5.293
Impostos Pagos no Exercício	(8.324)	(9.245)

b) Impostos Diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Natureza e Origem:				
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	13.397	5.787	(1.851)	17.333
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	5.924	-	(194)	5.730
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	5.459	12.068	(10.494)	7.033
Provisão para Fundos de Pensões	1.653	1.698	-	3.351
Outros Provisões Temporárias	8.340	-	(996)	7.344
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	30.313	19.553	(13.535)	40.789
Créditos não Registrados	(2)	-	-	(2)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	34.771	19.553	(13.535)	40.789

Natureza e Origem:

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	7.635	7.477	(1.715)	13.397
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	5.514	410	-	5.924
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	6.129	7.542	(8.212)	5.459
Provisão para Fundos de Pensões	2.259	-	(606)	1.653
Outros Provisões Temporárias	8.776	-	(436)	8.340
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	30.313	15.429	(10.969)	34.773
Créditos não Registrados	(2)	-	-	(2)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	30.311	15.429	(10.969)	34.771

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	31/12/2016		
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL
2017	16.878	6.362	23.240
2018	7.599	2.470	10.069
2019	655	275	930
2020	246	89	335
2021	2.346	844	3.190
2022 a 2024	739	266	1.005
2025 a 2026	1.485	535	2.020
Total	29.948	10.841	40.789

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

d) Impostos Correntes

O crédito tributário corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015, totalmente subscrito e integralizado é composto por 12.812 mil ações, nominativas e sem valor nominal (6.463 mil ações ordinárias e 6.349 mil ações preferenciais) todas de domiciliados no exterior.

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Estabulariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Sociedade.

	31/12/2016		
	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária	Reais por Ação Preferencial
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	1.255	188	1.067
Total	1.255	188	1.067

⁽¹⁾ Em dezembro de 2016, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio, pagos em fevereiro de 2017.

	31/12/2016		
	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária	Reais por Ação Preferencial
Dividendos ⁽¹⁾	40	0,0030	0,0033
Total	40		

⁽¹⁾ Em dezembro de 2016, foi aprovado a distribuição de dividendos na conta de reserva para equalização de dividendos.

	31/12/2015		
	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária	Reais por Ação Preferencial
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	3.682	552	3.130
Total	3.682	552	3.130

⁽¹⁾ Em dezembro de 2015, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, pagos em fevereiro de 2016.

	31/12/2015	
	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária
Dividendos ⁽¹⁾	3.901	0,2901
Total	3.901	

⁽¹⁾ Em abril de 2015, foi aprovado a distribuição e o pagamento de dividendos na conta de reserva para equalização de dividendos.

	31/12/2014		
	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária	Reais por Ação Preferencial
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	2.970	446	2.525
Total	2.970	446	2.525

⁽¹⁾ Em dezembro de 2014, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, pagos em fevereiro de 2015.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

Os montantes que excederem o capital social serão levados a conhecimentos dos acionistas em Assembleia Geral para deliberação em 30 de abril de 2017, na qual será proposto o aumento dos limites de reserva para melhor enquadramento no estatuto social.

11. Receitas Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração dos resultados:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receita Bruta	507.160	494.886
Serviços com Partes Relacionadas (Nota 12&18.f)	9.352	4.881

Menos:

PIS (Nota 12)	(3.499)	(3.392)
Cofins (Nota 12)	(16.219)	(15.713)
ISS (Nota 12)	(11.576)	(11.169)
Receita Líquida	485.218	469.493

12. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados

A Isban Brasil apresenta a demonstração dos resultados utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações são sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentada a seguir:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 11)	516.512	499.767
PIS (Nota 11)	(3.499)	(3.392)
Cofins (Nota 11)	(16.219)	(15.713)
ISS (Nota 11)	(11.576)	(11.169)
Serviços Prestados por Terceiros - Desenvolvimento de Sistemas (Nota 13)	(194.806)	(231.238)
Despesas de Remuneração, Benefícios e Treinamento com Pessoal	(214.883)	(183.123)
Despesas de Encargos Sociais com Pessoal	(44.890)	(25.154)
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 14)	(1.129)	(1.044)
Transportes e Viagens (Nota 14)	(1.033)	(1.939)
Outras Despesas Administrativas	(12.450)	(12.575)
Despesas de Depreciação (Nota 5)	(97)	(97)
Despesas de Amortização (Nota 6)	(45)	(607)
Provisões Líquidas de Reversão para Processos Judiciais e Outras (Nota 8.a)	(15.933)	(23.188)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3.383	2.644
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 17)	-	5.927
Rendas de Títulos de Renda Fixa - CDB (Nota 17)	3.560	1.914
Outras Receitas Financeiras (Nota 17)	15	309
Outras despesas Fundos de Pensões (Nota 8.a & 16)	(536)	(689)
Ativo Fiscal Corrente e Diferido (Nota 9.a)	(900)	1.617

Total das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados **5.454** **2.250**

13. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Serviços Prestados por Terceiros - Desenvolvimento de Sistemas (Nota 12)	194.806	231.238
Despesa de Pessoal - Desenvolvimento de Sistemas	239.251	189.544
Total	434.057	420.692

14. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Processamento de dados	10.750	10.537
Transportes e Viagens (Nota 18.f)	1.033	1.939
Convênio Operacional (Nota 12)	571	571
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 12)	1.129	1.044
Eventos	1393	417
Outras	736	1.049
Total	14.612	15.557

15. Outras Receitas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Atualização de Depósitos Judiciais	2.259	2.124
Atualização de Impostos a Compensar	1.409	506
Outras	-	13
Total	3.668	2.643

16. Outras Despesas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Despesas com Juros Fundos de Pensões (Nota 8.a)	536	689
Outras	213	-
Total	749	689

17. Receitas Financeiras

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito	-	5.927
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 12&18.f)	-	5.927
Rendas de Títulos de Renda Fixa - CDB (Nota 18.f)	3.560	1.914
Outras	15	309
Total	3.575	10.150

18. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Isban Brasil, realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovada a remuneração global dos administradores para o ano de 2016, cujo montante foi retificado para até R\$1.587 na AGE de 17 de março de 2017, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente

Alvaro Carlos Ruiz Sautier-Casaseca

Conselheiro

Luís Casanova i Riera

Conselheiro

Alfredo Villar Mirabal

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor Superintendente

Alfredo Villar Mirabal

Diretor Executivo

Enrique Sánchez Hillara

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Isban Brasil S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Isban Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Isban Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Receita com partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa n. 1 às demonstrações financeiras, que descreve que as receitas da Companhia estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas, bem como parcela das despesas administrativas, que fazem parte do Conglomerado Financeiro Santander Brasil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos
Auditoria das cifras comparativas

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do exercício findo nessa data, obtidos das demonstrações financeiras daquele exercício. O exame dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores

independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 23 de março de 2016, sem ressalvas, contendo Ênfase sobre os mesmos assuntos mencionados na seção ênfase deste relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José de Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4